



Mitraud: cortes até nos telefones para pagar funcionários

Minas corta até o telefone e papéis

WILKE RODRIGUES
Correspondente

Belo Horizonte — Com uma dívida interna de Cr\$ 1,07 trilhão e externa de Cr\$ 543,8 bilhões, Minas Gerais experimenta hoje um dos períodos mais difíceis. O próprio governador Tancredo Neves sempre tem afirmado, referindo-se à situação econômica do Estado, que “assumimos o governo em hora de crise. A economia se estiola no desemprego e na redução das atividades criadoras de riqueza. Minas Gerais, em sua condição de Estado mediterrâneo, sofre com mais intensidade os duros impactos dos desajustes nacionais”.

Esta afirmação do governador mineiro bem demonstra a situação em que se encontra o Estado, que, neste momento, luta com grandes dificuldades e ao qual foi imposta uma política severa de contenção de gastos, que chegam até mesmo à racionalização de despesas com telefone e materiais de expediente, por determinação, pessoal, do chefe do executivo mineiro.

Hoje, o ICM, a principal fonte de receita do Estado, registra decréscimo em termos reais. Embora no primeiro trimestre deste ano sua arrecadação tenha chegado a Cr\$ 243,8 bilhões, cerca de 80 por cento deste total estão comprometidos com o pagamento do funcionalismo estadual, com isso, a ação investidora oficial fica muito acanhada, se consideramos as necessidades reais.

Segundo informa o secretário da Fazenda, Luiz Rogério Mitraud, em termos de endividamento dos Estados, de um modo

geral, talvez Minas Gerais tenha assim uma situação das mais graves. Os números encontrados, o perfil de vencimentos, mostram que praticamente 70 por cento da dívida do Estado se concentram nesses três próximos anos, e isso levou os Estados a praticar uma política de proposição de juros integral da dívida externa e também da dívida interna o que, para o corrente ano, em termos de autorização da responsabilidade do Governo Federal, já obtivemos o giro total da dívida externa e 70 por cento da dívida interna.

Segundo o secretário, “a receita destes primeiros meses, tanto em função do aumento da alíquota de um por cento, como a eficiência da máquina arrecadadora, tem tido alguma recuperação. Nós estamos aí com uma queda negativa, em termos reais, de 2,6 por cento, e nos últimos 12 meses 15,4 por cento, o que vem propiciando nós mantermos todos os nossos compromissos em dia. Mas a situação de maio em diante, com o aumento do funcionalismo, em torno de 65 por cento em média, vamos enfrentar meses difíceis, já vividos no ano passado”.

Luiz Rogério Mitraud afirmou que, “se tivermos condições de girar a nossa dívida interna, teremos solucionado, em termos financeiros, o programa do Estado para o corrente ano. Evidentemente, realizando todos aqueles cortes que foram determinados pelo governador Tancredo Neves e nos restringindo, somente, a manter a máquina administrativa em funcionamento, sem possibilidade alguma de realizar investimentos”.